

CULTURAS E ALTERIDADES: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O SUJEITO SURDO

CULTURES AND OTHERNESS: REFLECTIONS ON THE SOCIAL FORMATION OF BRAZIL AND THE DEAF SUBJECT

Rogers Paul da Silva Costa¹
Walquiria Pereira Dias²
Thelma Helena Costa Chahini³

RESUMO: Este escrito apresenta reflexões sobre a imposição colonizadora ouvinte à luz da formação social brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com identificação, seleção e análise de publicações acadêmicas relacionadas aos seguintes temas: colonização, cultura, formação social, cultura surda, identidade cultural e resistência. A proposta deste artigo é problematizar a cultura como produto da formação social, situando o embate entre as lógicas ouvintes e surdas. A análise é tecida a partir de categorias como a colonialidade, o ouvintismo e as especificidades que constituem a surdez enquanto diferença política e cultural. A partir desses conceitos, são discutidos os movimentos ouvintistas em detrimento das culturas surdas, destacando o olhar etnográfico de alguns ouvintes em relação às culturas surdas. Por fim, as reflexões aqui tecidas buscam evidenciar que o reconhecimento das culturas surdas ultrapassa a mera tradução linguística, exigindo uma ruptura com a lógica colonial que historicamente silenciou esses sujeitos. Ao desconstruir a hegemonia ouvintista, o estudo aponta para a necessidade de um projeto educativo e social que valide a alteridade surda como parte integrante e legítima da diversidade que constitui a formação social brasileira.

Palavras-chave: Colonização. Ouvintismo. Surdo. Cultura. Cultura Surda. Formação Social. Resistência.

¹Mestrando em Cultura e Sociedade - PGCULT - Universidade federal do Maranhão - UFMA), Especialista em Libras (UNIASSELVI), Tradutor Intérprete de Libras da Subseção de Intérprete de Libras (SIL) da Diretoria da Acessibilidade (DACES) - UFMA;

²Doutora em Educação Especial - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR) Professora Intérprete de Libras da Prefeitura de São José de Ribamar - MA e Tradutora Intérprete de Libras da Subseção de Intérprete de Libras (SIL) da Diretoria da Acessibilidade (DACES) - UFMA;

³Pós-Doutora em Educação Especial - UFSCAR; Doutora em Educação - UNESP/MARÍLIA; Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão.

ABSTRACT: This work originates from research and studies in the discipline Theories of Culture and Society of the Postgraduate Program in Culture and Society of the Federal University of Maranhão – UFMA and its main objective is to contribute to the cultural study of the deaf based on the colonizing imposition of hearing people in light of the Brazilian social formation using a systematic review of the literature. The methodology is a systematic review of the literature, with the objective of identifying, Select and analyze academic publications and texts studied in the discipline mentioned above that are relevant to the following topics: colonization, culture, social formation, deaf culture, cultural identity, and resistance. This article uses concepts of culture as a social formation to discuss deaf culture and its struggles for rights. Using concepts such as culture and social formation, culture and culture, colonization, hearing and deafness. Based on these concepts, hearing movements are discussed to the detriment of deaf culture, prohibiting the use of sign language by deaf people in Brazil, with colonizing characteristics imposing hearing culture on deaf people, ignoring deaf culture, with hearing people having an ethnographic view of deaf culture, placing themselves in a place of high culture and trying to place deaf people in a place of inferior culture. From this, deaf people come together in a community so that they can communicate in sign language, creating their struggles to guarantee the rights to be who they are and their communities, not accepting the hearing colonization that was imposed on them, these being decolonial characteristics. The purpose of this article is to encourage reflection on prejudice and segregation of hearing people in relation to deaf people in Brazil.

Keywords: Colonization. Audism. Deaf. Culture. Social Formation. Resistance.

INTRODUÇÃO

2

Embora o período colonial tenha se dado há muitos anos, o discurso colonizador ainda é vigente na sociedade brasileira. A partir dessa perspectiva, intuímos analisar a imposição cultural ouvinte sobre as comunidades surdas⁴ no Brasil, com base na relação de cultura e formação social, projetando a concepção de colonização cultural brasileira à colonização ouvinte sobre os surdos.

Vale salientar que os conceitos de cultura são plurais, não havendo uma definição que encerre em si uma definição. Neste artigo, usaremos o conceito de cultura enquanto demarcação e reconhecimento das diferenças na perspectiva de identidade cultural e como formação social (SAHLINS, 1997).

A temática se configura atual e relevante ao compreender as pessoas surdas sob o viés cultural e não clínico, contribuindo para reflexões acerca de políticas e direitos linguísticos. A partir de uma revisão de literatura e com base em conceitos-chave (cultura, formação social,

⁴Empregamos as categorias ‘comunidades surdas’, ‘culturas surdas’ e ‘culturas ouvintes’ no plural, na mesma perspectiva de Dias (2025), fundamentada na crítica à homogeneização exposta por Severo (2020). Dessa maneira, visamos visibilizar as múltiplas vivências e identidades que coexistem sob esse espectro, recorrendo a delimitações específicas sempre que o contexto analítico exigir.

cultura surda e cultura ouvinte), o artigo mostra as relações e correlações dos autores, mostrando como a colonização ouvinte impacta em prejuízo na vida de pessoas surdas.

A opção pelo uso do termo 'culturas surdas', no plural, justifica-se pela necessidade de romper com uma visão homogênea da experiência da surdez. Sob a lente da interseccionalidade, compreendida a partir da perspectiva de Campos e Bento (2022) podemos entender que a identidade surda não é compreendida a partir de lacunas, mas é atravessada por marcadores sociais que reconfiguram as vivências linguísticas e subjetivas dos sujeitos. Diante disso, a pluralização reconhece que as produções simbólicas e as formas de resistência de surdos diferem, evidenciando a interseccionalidade da comunidade que é o que define a diversidade e a complexidade de suas manifestações culturais, combatendo o apagamento de subgrupos historicamente marginalizados dentro do próprio movimento.

Nessa direção, o texto em tela se subdivide em três seções. Na primeira, dissertamos sobre a relação de cultura e formação social, perpassando pela formação social brasileira para que se possa entender como a cultura influencia na formação de uma sociedade, nas características físicas e no modo de pensar de um povo. Na segunda seção, abordamos a realidade das culturas surdas, suas características e diferenças em relação à cultura e pessoas ouvintes, bem como discutimos sobre a visão de pessoas ouvintes sobre as pessoas surdas, na maioria das vezes, atravessada por um viés patológico na tentativa de normalizar o surdo com base em um padrão cultural ouvintista.

3

No terceiro tópico, discorreremos sobre possíveis correlações dos autores, explicitando a visão clínica que ouvintes tem de surdos e apontando resquícios de características coloniais presentes na imposição cultural ouvinte sobre pessoas surdas.

CULTURA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A cultura é usada, desde a colonização, por muitos regimes políticos, para dominação de uma população e muito serve para marginalização de minorias, cuja “cultura’ está sob suspeita, sobretudo quando subordinadas dentro de regimes políticos opressivos” (SHALINS, 1997, p. 42).

O conceito de cultura não está atrelado apenas às artes contemplativas e estéticas, haja vista que também “a cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica” (SAID, 2011, p. 29). A história de um povo é uma das principais influências na formação cultural de uma sociedade, o que torna imprescindível entender as raízes históricas e políticas do contexto que

uma dada cultura está inserida, pois não é neutra e resulta de um processo em constante mudança. Portanto, a base da formação da sociedade é cultural e deve ser entendida e compreendida em sua totalidade, considerando características específicas dos diferentes contextos históricos e sociais.

Cultura enquanto meio de reconhecimento das diferenças de um povo pode ser algo demarcador, revelador de particularidades, das quais esse povo pode e deve se orgulhar. No entanto, também pode apresentar um viés discriminatório diante de quem não faz parte de tal comunidade, tendo assim uma visão etnocêntrica do outro.

Muitos pesquisadores tentaram estudar a cultura por diferentes vieses, a exemplo de localidades geográficas. Franz Boas (2005) refuta veementemente essa concepção, pois afirma que somente a geografia não é capaz de mostrar toda a especificidade cultural de um povo. O autor defende que a cultura como organização social é influenciada de diversas maneiras e, para além da localidade geográfica, é necessário observar em qual contexto uma determinada sociedade está inserida, tendo em vista que é influenciada pela difusão, ou seja, no contato entre povos diferentes, que, ao se relacionarem, compartilham culturas e se influenciam através do compartilhamento cultural e “mesmo que existam os diferentes grupos culturais, cada grupo não vive isolado, em seu mundo particular, mas sim todos os grupos convivem e passam por conflitos em emaranhado de relações” (STROBEL, 2023, p. 112).

4

Cultura não é somente o reflexo de uma sociedade, mas influencia a formação das características sociais, como o senso de coletividade e individualidade, revelando quem detém o poder e quem está à margem dele. Essas são características imperialistas, construindo, dessa forma, identidades sociais, nacionais e individuais, já que “essas estruturas não surgem de algum desígnio preexistente (semiconspiratório) então manipulado pelos escritores, mas estão ligadas ao desenvolvimento da identidade cultural britânica, como essa identidade imagina a si mesma num mundo concebido em termos geográficos” (SAID, 2011, p. 97). O que Said fala reverbera também em outras sociedades e por conta disso, consentimos que a cultura é elemento primordial na construção social e identitária de uma nação.

A cultura não é estática e, por isso, existem civilizações com diferentes culturas e “se admitimos que é possível existirem diversos tipos definitivos e coexistentes de civilização, fica evidente que não se pode manter a hipótese de uma única linha geral de desenvolvimento” (BOAS, 2005, p. 42). As civilizações coexistem e as suas necessidades são múltiplas. O que serve

para uma civilização pode ou não servir para a outra, por isso a cultura também é influenciada pelas necessidades humanas e práticas sociais.

Corroborando esse pensamento, Lévi-Strauss (2017) discorre que, mesmo que se permaneça na mesma localidade geográfica, sobre o mesmo solo, as populações podem não ter as mesmas características de seus antecessores e podem nem mesmo conhecer o seu legado, criando, portanto, suas próprias técnicas, crenças e estilos de vida.

Mesmo em povos da mesma localidade geográfica, a cultura é diferente entre os seus descendentes, pois, com o desenvolvimento das sociedades, existem vários fatores que influenciam a organização cultural de um povo, permitindo afirmarmos que a cultura não vem pronta e acabada, mas se atualiza a partir das relações sociais e das produções coletivas (STROBEL, 2023). É importante entender que a cultura de uma determinada geração não será igual a de gerações futuras:

A humanidade, ao longo do tempo, adquire conhecimento através da língua, crenças, hábitos, costumes, normas de comportamento dentre outras manifestações. Partindo do pressuposto de que cultura é a herança que o grupo social transmite a seus membros através de aprendizagem e de convivência, percebe-se que cada geração e sujeito também contribuem para ampliá-la e modificá-la (STROBEL, 2023, p. 17).

Segundo Boas (2005), o fator cultural é influenciado pela necessidade da organização social, pela localidade geográfica e pela mente humana e qualquer tentativa de estudo que separe esses elementos será fracassada. Eagleton (2011) afirma que quando se vive em uma sociedade, precisa-se obedecer a regras sociais convencionadas, através de uma pedagogia ética, que cria o modelo de cidadão ideal, o qual é modificado pela cultura e se torna apto para viver no Estado, que é quem dita as regras a serem seguidas de maneira coletiva.

Individualmente, uma cultura é internalizada pelos membros de uma sociedade civil e o Estado detém as regras para o domínio desses cidadãos, característica colonial eurocentrada. Cultura também é política e “a própria palavra sugere em uma dúbia correlação entre boas maneiras e comportamento ético” (EAGLETON, 2011, p. 20).

Diante disso, os estilos de vida mudam de acordo com as necessidades de cada sociedade. Cultura, enquanto costumes de vida em sociedade, serve para pensar na narrativa de comportamentos, regras, costumes e valores, estabelecendo padrões, porém, “importa ainda lembrar que nenhuma cultura humana é mais heterogênea do que o capitalismo” (EAGLETON, 2011, p. 28).

Essa discussão conceitual acerca de cultura se entrelaça à formação social brasileira, a qual, consoante Freyre (2013), forma-se a partir da exploração escravocrata e agrícola com a força

colonizadora e com base militar e religiosa, influenciando a formação cultural. De acordo com o autor, a miscigenação no Brasil é o resultado de relações entre brancos colonizadores europeus, indígenas e negros. Levi-Strauss (2017) explica que, para Gobineau, o fenômeno da mestiçagem gerava degenerescência, o que implica em dizer que os mestiços não eram portugueses de puro sangue e poderiam gerar decadência cultural. Levi-Strauss (2017) discorda de Gobineu, entendendo que o processo de mestiçagem não é degradante e sim rico culturalmente.

De acordo com Prado Junior (1994), a colonização portuguesa no Brasil não aconteceu por um simples acaso, mas através de um plano de colonização em busca de riquezas, legitimado pela exploração mercantil. No Brasil, as riquezas encontradas foram as naturais, o que promoveu a exploração e escravização agrícola, transformando o território brasileiro em colônia agrícola de Portugal.

A sociedade brasileira, desde o início da sua formação, sempre foi heterogênea com base eurocêntrica patriarcal. Os portugueses se aproveitaram da cultura indígena e incorporaram em sua própria cultura muitas dessas características. Por outro lado, através da catequese, padres podaram a cultura indígena em nome da moral. Esse movimento alterou a vida social dos indígenas que antes eram nômades e foram obrigados a agruparem-se em aldeias e fadados ao sedentarismo, obrigados a usarem vestimentas e a seguir leis e regras europeias, dentre outras mutilações culturais (FREYRE, 2013).

6

O negro também faz parte na formação social e cultural brasileira. De acordo com Freyre (2013), a estrutura colonial brasileira demonstra a relação de poder entre colonizadores e colonizados: a casa grande era onde residiam os colonizadores e a senzala a casa dos escravizados, o que mostra a hierarquia e diferença social que existia.

Mesmo que reprimida, Freyre (2013) acredita que a religião do negro africano exerceu forte influência no catolicismo popular brasileiro. Afetivamente, os negros africanos influenciaram a formação cultural brasileira com a presença da ama-de-leite (mulheres negras escravas que amamentavam e cuidavam dos filhos dos colonizadores da casa grande), do pajem (de modo geral, um menino fruto da relação de um branco colonizador com uma mulher negra escravizada e tinha liberdade de transitar entre a casa grande e a senzala) e da negra de ganho (mulheres escravas que trabalhavam fora e entregavam o que ganhavam ou uma parte do ganho aos seus senhores).

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala [...] A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha,

a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, *agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil* (FREYRE, 2013, p. 33).

A alimentação e a gastronomia brasileira também foram fortemente influenciadas pelos negros africanos, tanto em pratos quanto em técnicas de preparo dos alimentos, pois “várias comidas portuguesas ou indígenas foram no Brasil modificadas pela condimentação ou pela técnica culinária do negro, alguns dos pratos mais caracteristicamente brasileiros são de técnica africana: a farofa, o quibebe, o vatapá” (FREYRE, 2013, p. 542). Outra importante influência no âmbito religioso é o culto totêmico como característica dos negros africanos na religião do catolicismo popular brasileiro, que se integrou à parte das manifestações religiosas, como a inclusão da adoração a santos, rituais e festividades, e também a manutenção de algumas expressões africanas.

Que à sombra da Igreja inundou das reminiscências alegres de seus cultos totêmicos e fálicos as festas populares do Brasil; na véspera de Reis e depois, pelo carnaval, coroando os seus reis e as suas rainhas; fazendo sair debaixo de umbelas e de estandartes místicos, entre luzes quase de procissão seus ranchos protegidos por animais [...]; os negros cantando e dançando, exuberantes, expansivos” (FREYRE, 2013, p. 551).

Por uma ótica distinta, Lévi-Strauss (2017, p. 1) explica que existem diferenças de aptidões entre os povos, mas não está ligada por ser branco, amarelo ou negro e sim com as diferenças geográficas, históricas e sociológicas e nada tem a ver com “[...] aptidões distintas ligadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, dos amarelos ou dos brancos”. Seguindo esse raciocínio, intuímos alinhar as reflexões estabelecidas com a discussão cultural sobre as pessoas surdas.

Ao considerar a diversidade biopsicossocial dos sujeitos surdos, compreendemos que suas aptidões cognitivas e intelectuais são independentes de condições anatômicas ou da privação sensorial auditiva. Contudo, ainda prevalece uma concepção ouvintista e etnocêntrica que reduz o indivíduo à patologia, negligenciando a densidade de sua identidade cultural e linguística. Compreender a surdez para além da deficiência exige o reconhecimento de uma diferença política e cultural, centrada no uso da língua de sinais como matriz de pensamento e socialização. Essa mudança de paradigma é fundamental para que as políticas públicas deixem de focar na 'reparação' do sujeito e passem a garantir o pleno acesso, a equidade educacional e o respeito à subjetividade surda em todos os espaços sociais.

CULTURA SURDA EM PAUTA

A sociedade é majoritariamente ouvinte e as informações são pensadas e organizadas com sons e palavras através da oralização. Segundo Skliar (2015), a pessoa surda pertence a um mundo de experiência visual que é diferente de pessoas ouvintes e seu mundo auditivo. O surdo percebe e ouve o mundo através da visão e fala com as mãos.

Surdos e ouvintes são diferentes culturalmente quando se trata de identidade. O sentimento de pertencimento do surdo em relação à cultura surda promove identidades culturais. Para Strobel (2023), a identidade se encontra tanto nos discursos produzidos quanto nas relações sociais quando sujeitos surdos se encontram e compartilham suas culturas relevando suas subjetividades. Falar em diferença é valorizar o outro em sua subjetividade e “a diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um produto de conflitos e movimentos sociais [...]” (SKLIAR, 2015, p. 6).

Ainda hoje, existem muitas dúvidas acerca das culturas e identidades surdas e muito mais quando falamos de identidades culturais surdas. Para Skliar (2015), a identidade é algo que está em constante desenvolvimento, pode ser transformada frequentemente e leva as pessoas a assumirem diferentes posições. O autor afirma ainda que identidades surdas são construídas a partir de um contexto visual e como pertencentes a grupos culturais.

A convivência dos surdos com seus pares e a participação em suas comunidades são meios pelos quais os surdos podem se integrar, incluir-se e apoderar-se culturalmente, pois “[...] a cultura surda retrata a vida que os surdos levam, as lições que ensinam entre si, [...] o seu jeito de mudar o mundo, de entendê-lo e de viver nele” (STROBEL, 2023, p. 109) e tudo isso pode soar estranho para ouvintes que enxergam surdos como seres não pensantes.

Pessoas ouvintes tendem a enxergar o surdo pelo viés clínico, haja vista que, para elas, os surdos deveriam se adaptar ao mundo ouvinte e, seguindo essa lógica, entendem que somente é possível integrar-se à sociedade quando se ouve e oraliza e “além disso, há os discursos sociais que veem os sujeitos surdos como incapazes e deficientes” (STROBEL, 2023, p. 23). O desconhecimento do mundo surdo leva muitos ouvintes a pensarem que todo surdo tem vontade de ouvir.

As pessoas surdas se comunicam e se identificam através da língua de sinais, que é uma língua que tem gramática própria, com expressões faciais e corporais que são de suma importância no processo de comunicação, caracterizando-se a partir de uma modalidade diferenciada: visual e espacial. De acordo com Strobel (2023, p.46), “a língua de sinais no Brasil

não pode ser estudada tendo como base a língua portuguesa, porque ela tem gramática diferenciada, independente da língua oral”.

Para o surdo, apoderar-se de sua identidade é um ato político mesmo com todas as implicações e diferenças que possam existir e mesmo sendo ilógico para o ouvinte colonizador que desconhece as especificidades de uma pessoa surda. As culturas surdas são balizadas pelo senso de justiça, considerando as comunidades surdas como minorias sociais, portanto fundamentadas por uma luta por seus direitos e ideais em prol do bem estar social. Batterbury (2012) defende que a noção de justiça linguística é indispensável para as comunidades que utilizam línguas de sinais, entendendo-a como um caminho fundamental para o fortalecimento da justiça social. A autora destaca a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) como um marco inicial na expansão dos direitos das pessoas surdas no que se refere ao reconhecimento e à valorização das línguas de sinais, ressaltando o impacto político e histórico desse evento.

A busca das comunidades surdas por justiça social impulsiona a necessidade de posicionamentos firmes por parte dos governantes e da sociedade em geral, de modo que essas pessoas sejam reconhecidas como sujeitos existentes, que reivindicam o direito de ser e de participar da vida social em condições de igualdade.

9

É importante que se entenda que, assim como ouvintes, os surdos também são plurais dentro de suas comunidades, “há grandes diversidades das comunidades surdas e cada grupo é organizado de maneiras diferentes de acordo com os mesmos interesses dentre eles, tais como a raça, a religião, profissão [...]” (STROBEL, 2023, p. 27). Embora compartilhem da mesma característica de serem surdos, independente do grau de surdez e de seu grau linguístico, nem sempre compartilham da mesma organização social e da mesma cultura, já que, a exemplo do Brasil, existem vários Estados e os surdos estão espalhados por eles e cada região tem sua própria cultura dentro do país, assim como há uma diversidade de identidades e subjetividades que constituem as pessoas surdas, tendo em vista as diferentes interseccionalidades que as atravessam, como as dimensões étnicas, culturais, sociais, de gênero, territoriais e geracionais, as quais influenciam suas experiências de vida, formas de pertencimento e modos de participação na sociedade.

As comunidades surdas são espaços que propiciam os surdos a serem livres e a se expressarem da forma que acham melhor, gerando possibilidade de interagirem em língua de

sinais sem se preocupar com o julgamento do outro, gerando assim, uma comunicação natural, onde todos se entendem, diferente e longe do olhar julgador de ouvintes.

Os surdos querem que os seus interesses individuais bem como os interesses coletivos das comunidades surdas e do Estado-nação sejam respeitados em suas diferenças culturais porque “a cultura exige aos que clamam por justiça que, para além dos seus próprios interesses, vejam o todo – isto é, tanto os interesses dos seus respectivos governantes quanto os seus próprios interesses” (EAGLETON, 2011, p. 30).

Segundo Vieira-Machado e Rodrigues (2022), em 1880 ocorreu o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão, frequentemente apontado na literatura como um marco na história da educação de surdos por ter privilegiado o método oral em detrimento das línguas de sinais. A partir desse evento consolidou-se a narrativa de que o oralismo passou a ocupar posição dominante no ensino de surdos, influenciando práticas educacionais em diversos países, inclusive no Brasil.

A adoção da filosofia oralista buscava priorizar a oralidade como forma principal de comunicação na educação de pessoas surdas, o que contribuiu para a marginalização das línguas de sinais no contexto escolar. Contudo, tais políticas não foram suficientes para extinguir o uso dessas línguas, que continuaram sendo preservadas nas interações e nas comunidades surdas. Nesse processo, grupos de pessoas surdas passaram a se organizar coletivamente, fortalecendo suas redes sociais e culturais e reafirmando a existência de culturas surdas. A imposição histórica da cultura ouvinte sobre a experiência surda produziu tensões e dualismos entre essas formas de compreensão da diferença linguística e cultural.

No momento em que surdos se reúnem em comunidades, militando e lutando em prol de seus direitos, em um movimento visto como marginal e parte de um grupo de minorias, nas entrelinhas, estão negando os traços coloniais impostos pela supremacia ouvintista, legitimados por um discurso decolonial em prol de uma emancipação social. Se “a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2011, p. 52), pode-se perceber que as culturas surdas têm comunidades específicas, com valores, costumes, crenças e identidades singulares que os diferenciam dos ouvintes e geram autoimagem valorativa do coletivo com suas maneiras de agir e se portar na sociedade. Dessa forma, as culturas surdas, além de algo valorativo que exalta e afirma as identidades culturais, passa a ser arma de luta e combate político decolonial que ajuda

a impor respeito diante da sociedade ouvinte, advertindo sobre sua relevância social enquanto pessoas que fazem parte do mesmo Estado-nação.

Pensava-se que o fato de não ouvir estava diretamente ligado à incapacidade de aprendizagem e de raciocínio mas, “nos poucos casos em que se tem investigado a influência da cultura sobre as reações mentais de populações, pode-se observar que a cultura é um determinante muito mais importante do que a constituição física” (Boas, 2005, p. 97). A diferença entre surdos e ouvintes está na sua relação com o mundo e na maneira de entendê-lo. Do ponto de vista do surdo, a diferença entre surdos e ouvintes é cultural e linguística, ou seja, suas características físicas não determinam sua capacidade cultural e racional, porém “a representação social julga a cultura dos surdos pela deles e tem a pretensão de achar que só aquilo que as pessoas ouvintes fazem é que está correto” (STROBEL, 2023, p. 79).

Ser surdo não significa ter deficiência, mas ter diferenças sensoriais que culminam em diferenças culturais, com língua e identidades singulares que conseguem se expressar e raciocinar de maneira plena. Por isso, o olhar clínico-patológico em relação às pessoas surdas precisa cada vez mais ser substituído por uma perspectiva sociocultural. Faz-se necessário entender que:

O povo surdo são sujeitos surdos que compartilham os costumes, histórias, tradições em comuns [...] constrói uma concepção de mundo através do artefato cultural visual [...] que podem não habitar no mesmo local, mas que estão ligados por um código de formação visual (STROBEL, 2023, p. 34).

11

Pode-se entender, portanto, que a recusa do determinismo biológico pela comunidade surda no Brasil visa quebrar paradigmas da deficiência para que se possa entender a surdez enquanto diferença cultural e não como clinicamente inferior.

A tentativa dos ouvintes em inferiorizar surdos pelo fato de não ouvirem é um exemplo do determinismo biológico e eugenista que Franz Boas (2005) critica veementemente. Como resultado de uma visão ouvintista estereotipada, que enfraquece a construção das identidades surdas, a surdez era tida como limitadora e impeditiva de aprendizagem. Para Skliar (2015), o ouvintismo é uma forma de permanecer com o colonialismo. Antes os sujeitos surdos eram vistos como deficientes, anormais e eram marginalizados de forma mais contundente.

A surdez não deve ser associada a qualquer patologia. A visão patológica que alguns ouvintes têm reforça a relação de imposição do poder ouvintista sobre surdos, ratificando a concepção de Skliar (2015), o qual explica que o ouvintismo se origina na proximidade entre ouvintes e surdos, quando ouvintes se colocam sempre em posição de superioridade causando retrocessos aos surdos.

A partir do encontrado no Brasil em 1532, os portugueses sentiram a necessidade de tomar conta do território e do povo, impondo sua cultura e costumes europeus, catequizando-os para que conseguissem dominá-los e colonizá-los. De forma análoga, observamos uma colonização ouvintista, “[...] que torna a cultura ouvinte – etnocentrismo – como hegemônica, uma ideia da identidade ouvinte superior a tudo que se refere aos surdos” (SKILIAR, 2015, p. 59), ou seja, o mesmo olhar etnocêntrico europeizado acontece com os ouvintes em relação aos surdos no momento em que se tem a supremacia ouvinte ditando e impondo sua cultura e negando as culturas surdas. Nesse viés, surdos deveriam ser “consertados” para que se adaptassem ao padrão cultural ouvinte. Diante disso entende-se que

O encontro colonialista é, assim, um encontro entre a Cultura e a cultura — entre um poder que é universal, mas por essa razão preocupantemente difuso e instável, e um estado existencial que é local mais seguro, pelo menos até ao momento em que a Cultura nele mergulha as suas bem tratadas mãos (EAGLETON, 2011, p. 66).

Eagleton (2011) entende ‘Cultura’ como elitista e superior e ‘cultura’ como popular, inferior. Do ponto de vista da Cultura ouvinte, sua Cultura (com “C” maiúsculo) é elitista e é quem dita as regras sociais, enquanto as culturas surdas (com “c” minúsculo) são populares e subserviente, ou seja, as Culturas ouvintes são patrícias, superiores e burguesas, que é o que constitui as altas Culturas, e as culturas surdas, enquanto identidade cultural, são inferiores e marginais. Porém, “o discurso surdo inverte a ordem ouvintista, tem o peso da resistência. Rompe e contesta as práticas historicamente impostas pelo ouvintismo. E o discurso surdo continua na busca de poder e autonomia” (SKILIAR, 2015, p. 58).

12

Quando um surdo nasce em uma família ouvinte, devido à negação familiar e ao desconhecimento sobre culturas surdas e surdez, muitos pais tendem a buscar métodos clínicos em prol da oralização, na tentativa de padronizar o filho surdo ao ouvinte. Ouvintes que nascem em família ouvinte são estimulados desde o nascimento e, dessa forma, se desenvolvem naturalmente. No entanto, surdos que nascem em famílias ouvintes, quando não expostos ao contato com seus pares (surdos adultos, por exemplo), se desenvolvem tardiamente, pela falta de acesso ao mundo da maneira como ele entende e interage, e pela carência de comunicação no seio familiar.

As famílias de pessoas surdas precisam entender que “o encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda [...]” (SKILIAR, 2015, p. 54) e isso influencia na autoconfiança e na construção de identidade, pois “os sujeitos surdos que têm acesso à língua de sinais e participação da comunidade tem maior segurança, auto-estima e identidade sadia” (STROBEL, 2023, p. 45). Consoante Skliar (2015), a relação surdo-surdo permite a construção

de uma “identidade política surda”, ou seja, o surdo se apropria das relações com seus pares para afirmar-se politicamente através de sua identidade cultural.

A diferença biológica não é impedimento de desenvolvimento de surdos e ouvintes, o que também não pode gerar superioridade do ouvinte em detrimento da pessoa surda. Boas (2005, p. 82) afirma:

[...] embora os indivíduos difiram, as diferenças biológicas entre as raças são pequenas. Não há razão para acreditar que uma raça seja naturalmente mais inteligente, dotada de grande força de vontade, ou em ocasionalmente mais estável do que outra, e que essa diferença iria influenciar significativamente sua cultura.

Prado Júnior (1994), explica a colonização e o cerceamento de corpos e mentes surdas feito por pessoas ouvintes. O autor entende que Portugal via o Brasil como espaço de extração de riquezas, ignorando as necessidades locais de consumo. Da mesma forma, os ouvintes entendiam que surdos devem ser “consertados” e “oralizados” não em prol de bem-estar próprio, mas para se adequar ao mundo ouvinte e para servirem de mão-de-obra útil ao sistema produtivo. Quando empresas e órgãos públicos ou privados tratam a acessibilidade em Libras como um favor e não como um direito garantido por lei, colocam surdos em um lugar de marginalidade social, da mesma forma que acontecia com as pessoas que não serviam para o meio produtivo colonial, de acordo com Prado Junior (1994).

O reconhecimento das diferenças culturais existentes entre surdos e ouvintes contribui para a valorização das culturas surdas e das línguas de sinais, fortalecendo as lutas por direitos e pelos processos de emancipação, de modo a evitar relações de subserviência em relação aos ouvintes. Tal reconhecimento assegura o desenvolvimento e a manutenção das identidades culturais surdas e, conforme afirma Skliar (2015), a esperança emancipatória constitui um elemento fundamental para a transformação da sociedade moderna.

13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a cultura é a principal base da formação de uma sociedade e que não é algo estático, anacrônico, mas se molda de acordo com as necessidades de um povo, sendo esse povo capaz de influenciar e organizar a cultura de sua sociedade para interesse próprio na busca de criar padrões e regras de comportamentos sociais que devem ser seguidos por todos que pertencem ao mesmo Estado-nação.

A colonização portuguesa influenciou de diversas maneiras na formação social e cultural brasileira, inicialmente no contato do branco europeu português com os indígenas e

posteriormente, deles com os negros africanos trazidos para o Brasil, demarcando um cenário de imposição cultural, marginalização e escravização de povos, que persiste até os dias atuais.

O povo surdo também se caracteriza culturalmente, resistindo e lutando por seus direitos de serem quem são, buscando respeito e refutando quaisquer imposições ouvintistas que lhes tolhem e negam seus direitos. Compreendemos que as pessoas surdas não devem ser concebidas a partir de uma perspectiva patológica, uma vez que é por meio das identidades culturais, cuja principal marca é a língua de sinais, que elas estabelecem processos de comunicação e expressão com plena clareza e autonomia, independentemente de qualquer língua oral.

Ratificamos que ainda hoje existem características coloniais através dos preconceitos estruturais no Brasil, contribuindo para marginalização de minorias e para imposição de padrões sociais excludentes. Tal qual no período colonial, ouvintes tentaram e tentam colonizar surdos com a imposição cultural e padrão ouvintista.

Em síntese, este artigo fundamenta-se em recortes teóricos específicos que, embora densos, não esgotam a complexidade das culturas surdas. A natureza multifacetada do tema admite — e demanda — novos alinhamentos e perspectivas analíticas. As lacunas aqui identificadas configuram-se como férteis campos para investigações futuras, especialmente no que tange às relações de poder, às tensões entre etnocentrismo e ouvintismo, e às interfaces entre as culturas surdas e a decolonialidade.

REFERÊNCIAS

BATTERBURY, SC.E. Language Justice for Sign Language Peoples: The UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities. **Language Policy**, v. 11, n. 3 p. 253-272, ago. 2012.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Textos selecionados, apresentação e tradução de Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, S. R. L. de; BENTO, N. A. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022.

DIAS, W. P. da S. **Acessibilidade e políticas linguísticas educacionais para surdos: do contexto de produção textual às vivências na Universidade Federal do Maranhão**. 2025. 169 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025.

EAGLETON, T. A ideia de cultura. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: ed. Unesp, 2011.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural II**. 4. ed. Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, 2017.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SEVERO, C. G. Unesco e a educação multilíngue: revisões e problematizações. **Travessias Interativas**, v. 10, n. 22, p. 295-312, 2020.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora UFSC. 2023.

VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; RODRIGUES, J. R. Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880): um desafio historiográfico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, p. 1-24, 2022.